

PARANÁ: DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO REGIONAL

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir a regionalidade contida no processo de desenvolvimento rural identificado no Paraná. Para tal, resgata-se a regionalização clássica que foi proposta para o estado, que o divide em três grandes regiões: o Paraná Tradicional; o Norte; e o Sudoeste. Essa regionalização é resultado de três grandes processos histórico-geográficos que definiram a formação territorial do espaço geográfico paranaense. O primeiro marcado pela colonização luso-brasileira que teve dois pontos de partida fundamentais: o litoral de São Paulo e o litoral paranaense. O segundo que formou a região Norte, oriundo do interior de São Paulo, como expansão da sociedade cafeeira. O terceiro, no Sudoeste, com população oriunda dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os três grandes processos geraram três trajetórias de desenvolvimento rural com características específicas bem marcadas. No Norte, uma trajetória centrada na substituição do café pela soja e a criação de gado. O Sudoeste pelo mesmo tipo de expansão, mas centrado numa agricultura familiar em pequenos estabelecimentos. Já no Paraná Tradicional, uma dualidade na qual a soja e a criação dominaram a área campestre, e a agricultura familiar, o domínio florestal, onde há pressões da soja, do fumo, dos reflorestamentos e diversos tipos de criação em integração com a indústria. O Sistema Faxinal é desse domínio e também sofre com a desagregação. Essa regionalidade fundamental não pode ser desconsiderada pelos formuladores das ações sociais que visam à dinamização econômica do espaço rural do Paraná.

O interesse pelo Estado do Paraná, como objeto de pesquisa, remonta o ano de 1981 quando foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980. Os dados sobre o Paraná eram os que mais chamavam atenção. Constatava-se, imediatamente, a significativa reversão do crescimento populacional do estado na década de 1970. Na década anterior, o Paraná fora o estado que apresentara o maior crescimento populacional entre os estados brasileiros. Na década de 1970, ao contrário, o Paraná apresentou o menor crescimento, que foi inferior a 1% ao ano. Os cálculos indicaram que mais de dois milhões de habitantes do Paraná emigraram naquela década. Só na região metropolitana de São Paulo foram localizados mais de 700 mil migrantes oriundos do Paraná. Além disso, a Região Metropolitana de Curitiba – RMC, ao contrário do estado, foi a que mais cresceu demograficamente no Brasil (PRADO, 1981). O que ficou evidente a partir dessas informações, foi que uma transformação bastante significativa ocorrera no Paraná nos anos 70.

Essa conjuntura de transformações foi estudada por mim no curso de mestrado, o qual resultou numa dissertação cujo objetivo foi pesquisar o processo de modernização da agricultura paranaense. O tema foi escolhido porque a reversão demográfica no estado foi uma das conseqüências desse processo (CUNHA, 1986). A pesquisa realizada no curso permitiu demonstrar que o processo de modernização correspondeu à integração da agropecuária paranaense ao Complexo Agroindustrial – CAI, com todas suas conseqüências sociais e ambientais. Isso aconteceu pela transformação do setor primário em importante mercado consumidor de produtos industrializados (químicos e mecânicos) e em grande fornecedor de matérias-primas para indústrias processadoras. O produto que liderou essas transformações foi a soja e o Estado foi o principal impulsionador desse processo, através, principalmente, de um amplo programa de crédito rural. A modernização apresentou uma característica marcante que foi a sua parcialidade. Atingiu apenas determinados segmentos de produtores e se restringiu a alguns produtos. Além disso, foi mais significativa em determinadas regiões.

A pesquisa realizada no mestrado não se preocupou com essa diversidade regional do processo porque naquela conjuntura a integração econômica e comercial entre as regiões do estado, como também entre o Paraná e os demais estados brasileiros, indicava o domínio do que parecia um irresistível movimento homogeneizador. Isso nos levou a defender que a partir da década de 1970 a diferenciação regional tornara-se “menos nítida”, pela via de uma “desregionalização crescente” provocada por uma integração do mercado local ao mercado nacional (CUNHA, 1986, p.86). A integração realmente aconteceu, mas o que chamávamos de desregionalização acabou sendo mais uma aposta em um cenário possível do que propriamente um fato. O posicionamento mostrava uma forte influência da convivência com um paradigma historicista que influenciava as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, mas também estava marcado por concepções de desenvolvimento regional nas quais a homogeneização sócio-espacial era um objetivo a ser perseguido por regiões ou países considerados subdesenvolvidos.

Um das conseqüências das abordagens historicistas foi a desconsideração com as trajetórias regionais de desenvolvimento rural que estão relacionadas à evolução de determinadas regiões. Por conseqüência, esse enfoque não considerava também, com a atenção que eles merecem os processos endógenos de desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, direcionam os rumos de tais trajetórias. O enfoque homogeneizador encontra sustentação em teorias, conceitos e noções entre as quais se podem destacar a teoria etapista e a abordagem setorial da questão do desenvolvimento. O etapismo considera que o desenvolvimento ocorre em etapas que se sucederiam de forma linear num processo que levaria um país ou região de um estágio de subdesenvolvimento para um outro de desenvolvimento pleno. A etapa do subdesenvolvimento corresponderia, então, a uma situação de atraso. Como afirma MALUF, subdesenvolvimento e atraso “são categorias que, por definição, supõem a possibilidade (ou a pretensão) de convergir a uma condição julgada superior segundo critérios freqüentemente quantitativos”

(2000, p.1). Essa é a questão mais importante sobre o etapismo: uma referência indispensável a uma situação ideal a ser atingida. Na teoria das etapas, como já está definido *a priori* um caminho a ser seguido e uma situação a atingir, não havia razão para se deter em especificidades regionais e locais.

§ 05 A sistematização mais completa dessa abordagem foi realizada por ROSTOW, que no final da década de 1950, lançou o seu livro intitulado “As etapas do desenvolvimento econômico”¹. ROSTOW definiu cinco etapas pelas quais passam os países em seus processos de desenvolvimento. O ponto de chegada é a etapa pós-industrial na qual estavam poucos países no momento em que foi lançado o livro. Entre eles, estavam incluídos os Estados Unidos da América e os países que formavam a Europa Ocidental, os quais, naquela conjuntura, estavam reunidos no Mercado Comum Europeu.

O enfoque homogeneizador e a teoria das etapas inserem-se num contexto bastante amplo dominado pela teoria da modernização, com origens na Sociologia. O pressuposto da teoria da modernização também era uma transição linear de uma sociedade primitiva para uma sociedade moderna. Eurocêntrica, a teoria da modernização defendia um progresso que se confundia com uma espécie de ocidentalização das sociedades dos mais diversos padrões culturais. Essa teoria, ao fundamentar ações governamentais visando o desenvolvimento, malogrou, porque, segundo FORBES, abstraiu “a experiência histórica do contexto (...) e não compreendeu de forma alguma as dimensões da intervenção efetiva nos problemas de subdesenvolvimento” (FORBES, 1989, p. 110).

Com um alcance não tão amplo como o etapismo, a abordagem setorial do desenvolvimento não deixa de ser muito importante nesse mesmo contexto. Ela se caracteriza por partir de uma visão fragmentada da realidade econômico-social e mesmo sócio-espacial, quando opõe a agricultura à indústria, a cidade ao campo e o econômico ao social. Nas concepções de desenvolvimento que prevaleceram entre os anos de 1950 à 1990, aproximadamente, estavam presentes todas essas três formas de oposição. A primeira, que opunha a agricultura à indústria, materializava-se numa divisão da economia em setores distintos com cada um deles exercendo funções específicas em espaços geográficos vistos como quase que inteiramente desvinculados. Nesse esquema, o desenvolvimento era sinônimo de industrialização (MALUF, 2000). A aceleração do crescimento industrial era o pressuposto desse processo. A segunda oposição, entre a cidade e o campo, foi muito considerada no Brasil entre os que se preocupavam com a questão do desenvolvimento, dando origem a uma visão dualista sobre a realidade brasileira². Essa visão opunha um setor arcaico a um outro moderno, os quais correspondiam, respectivamente, em termos espaciais, ao campo e às cidades.

¹ O sub-título do livro de ROSTOW é “Um manifesto não-comunista”. O momento era de “guerra fria” e o autor, ao definir as etapas de desenvolvimento que iam da etapa agrária à pós-industrial, propunha uma alternativa ao “etapismo” contido no marxismo ortodoxo.

² Essa tese foi sistematizada por J. LAMBERT, que em 1953 publicou “Le Brésil. Structure et Institutions politiques”, traduzido no Brasil sob o título “Os dois Brasis”, e publicado em 1959. O esquema explicativo contido nessa obra influenciou decisivamente o dualismo estrutural, que foi central nos debates sobre a agricultura brasileira (CUNHA, 1988).

Esse esquema integrava-se à oposição agricultura-indústria, na medida que o campo era visto como o *habitat* por excelência da agricultura, enquanto as cidades abrigavam as indústrias. Além disso, essa oposição cidade-campo vista sob a ótica do desenvolvimento regionalmente ou localmente considerado enfatiza uma espécie de “setorialização” do espacial, que não contribui em nada no sentido de se caminhar para uma percepção mais integrada do desenvolvimento regional. Por último, a oposição entre o econômico e o social relaciona-se a certa suposição contida na teoria econômica geral e em grande parte dos modelos de desenvolvimento, de que “o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população” (MALUF, 2000, P.54). Isso aconteceria através do efeito de “vazamento” do crescimento (trickle-down effect of growth), o qual provocaria uma espécie de gotejamento dos excedentes gerados nos segmentos em que a acumulação capitalista efetivamente se dá. Dessa forma, quanto mais acumulação, mais forte seria o gotejamento, o que resultaria no aumento das possibilidades de atender os objetivos sociais.

No Paraná, nas últimas décadas, o enfoque homogeneizador do desenvolvimento esteve presente em pelo menos três grandes momentos da evolução da sociedade paranaense. Primeiro, na formulação e implementação do projeto de desenvolvimento paranaense na década de 1960. Segundo, nos rumos tomados pela política de modernização da agropecuária brasileira que foi praticada pelos sucessivos governos federais, desde a segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 70. Por último, nos diagnósticos e nas propostas relacionadas aos programas de desenvolvimento rural implementados no Paraná³. Em especial, no PRO-RURAL, a questão regional relacionada ao desenvolvimento rural do Paraná foi considerada a partir de um enfoque homogeneizador, no qual os diferentes processos endógenos constatados na evolução histórico-geográfica do estado, não foram abordados na amplitude e profundidade necessárias a uma ação pública melhor definida e direcionada.

De qualquer forma, os programas não deixaram de considerar a questão regional ligada ao espaço rural do Paraná. O PRO-RURAL, por exemplo, foi direcionado exclusivamente ao Paraná Tradicional, enquanto o Paraná Rural baseou-se numa regionalização na qual o estado foi dividido em sete regiões, dentro de uma ordem de prioridade. No caso do PRO-RURAL, os diagnósticos⁴ que serviram de base ao programa simplesmente espacializavam um bom número de variáveis quantitativas normalmente usadas para identificar níveis de desenvolvimento, e, através disso, identificavam as diferenças nesses níveis entre as regiões. A partir dos resultados constatados, as regiões foram classificadas em mais ou menos desenvolvidas. O problema maior não é a classificação em si, porquanto a metodologia leva naturalmente a ela. O que se questiona é a operação subsequente que coloca a região tida como mais desenvolvida

³ Os programas são: PRO-RURAL (1981 – 1986); PARANÁ RURAL (1989–1997); PARANÁ 12 MESES (1997).

⁴ São classificados como diagnósticos os estudos relacionados aos programas e também outros estudos realizados por órgãos oficiais da administração pública do Paraná.

como um modelo ou ponto de chegada, para o qual se deve dirigir a região atrasada. Não havia uma preocupação em analisar se a estrutura territorial de uma determinada região estava adaptada ao modelo proposto. E menos ainda se procurou construir propostas adaptadas aos **territórios regionais** para os quais se dirigiam as ações estatais definidas nos programas.

Essa problemática paranaense pode ser inserida no campo de questionamentos levantados por BOISIER após estudar as experiências mal sucedidas de planejamento e desenvolvimento regional na América Latina nas cinco últimas décadas (BOISIER, 1999)⁵. Para ele, os fracassos constatados explicam-se, em primeiro lugar, pelas “deficiências de natureza cognitiva” nas formas de conhecimento e de ação social. BOISIER defende que “isso nos tem impedido de construir **modelos mentais** de desenvolvimento regional como base para uma ação social eficiente” (BOISIER, 1999, p.320). Ele define os modelos mentais como “representações simbólicas de uma realidade percebida ou construída por um ator”. Os modelos mentais “deveriam preceder os modelos reais, e esses deveriam ser resultado dos primeiros”. É nesse ponto que começam a aparecer os problemas, porque, como argumenta BOISIER, os modelos mentais podem apresentar deficiências cognitivas oriundas do referencial teórico-metodológico em que se apóiam (BOISIER, 1999, p.321-322).

Ao se aplicar essa argumentação de BOISIER à análise dos programas de desenvolvimento rural paranaenses, pode-se afirmar que os diagnósticos que precediam aos planos correspondiam a modelos mentais. Os projetos, por sua vez, são os modelos reais, os quais resultam dos modelos mentais. Se os programas tornavam-se ações sociais pouco eficientes, a raiz do problema estava na etapa anterior: exatamente aquela na qual eram construídos os modelos mentais. Um ponto importante destacado por BOISIER é que as deficiências de natureza cognitiva, no campo específico do desenvolvimento regional, não estão diminuindo, mas, ao contrário, aumentando em consequência da revolução científica e tecnológica que atinge o território⁶ (BOISIER, 1999, p.320).

No Paraná, a falta de atenção com a endogenia que acompanha cada um dos seus territórios regionais é um problema, porque se deixa de focar a questão regional nas suas origens. Essa questão relacionada ao espaço rural paranaense indica que o desenvolvimento rural do Paraná possui três grandes trajetórias regionais, as quais estão inseridas nos processos histórico-geográficos que deram origem aos territórios regionais paranaenses, e com eles se confundem.

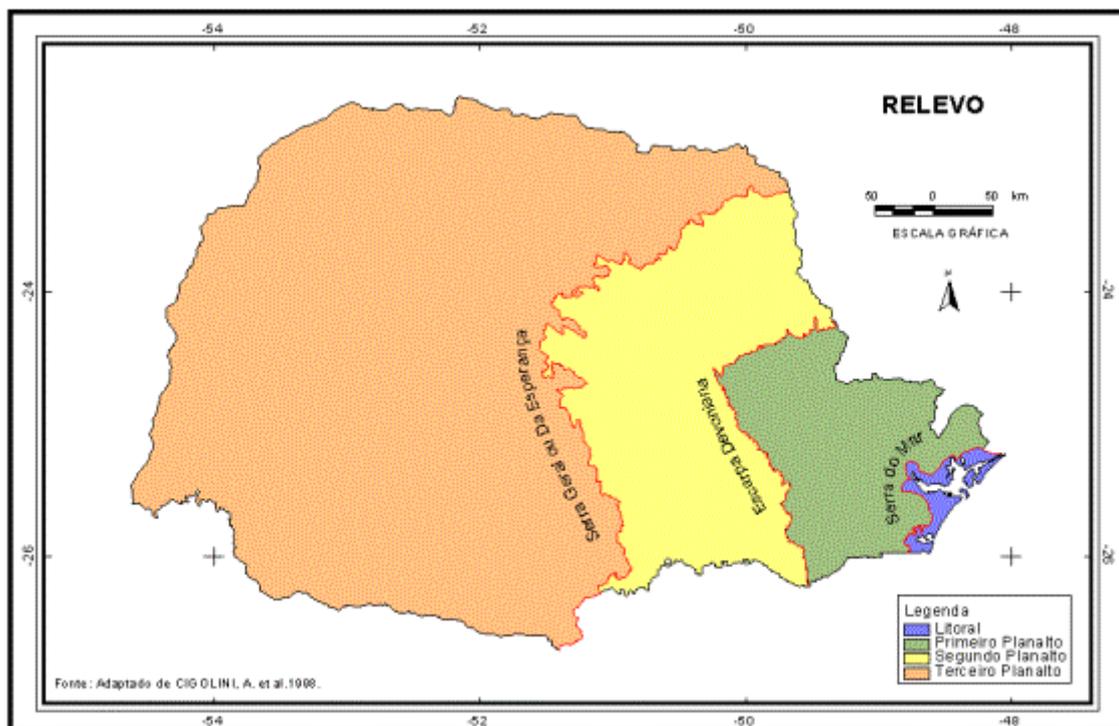
O primeiro processo iniciou-se no litoral, no século XVII, e resultou na formação territorial da região ou território regional que se convencionou chamar de Paraná Tradicional. Esse processo estendeu-se pela planície litorânea, as encostas da Serra do Mar, o primeiro, segundo, e o terceiro planalto, mas neste

⁵ Embora a argumentação de BOISIER refira-se ao desenvolvimento regional, ela é pertinente à tese, porque o espaço rural é parte integrante de uma região.

⁶ Essa é uma questão central em HAEBART; LIMONAD (1999) e HAESBAERT (1999).

último apenas no centro-sul do estado, onde se localiza a cidade de Guarapuava⁷. (Mapa 1)

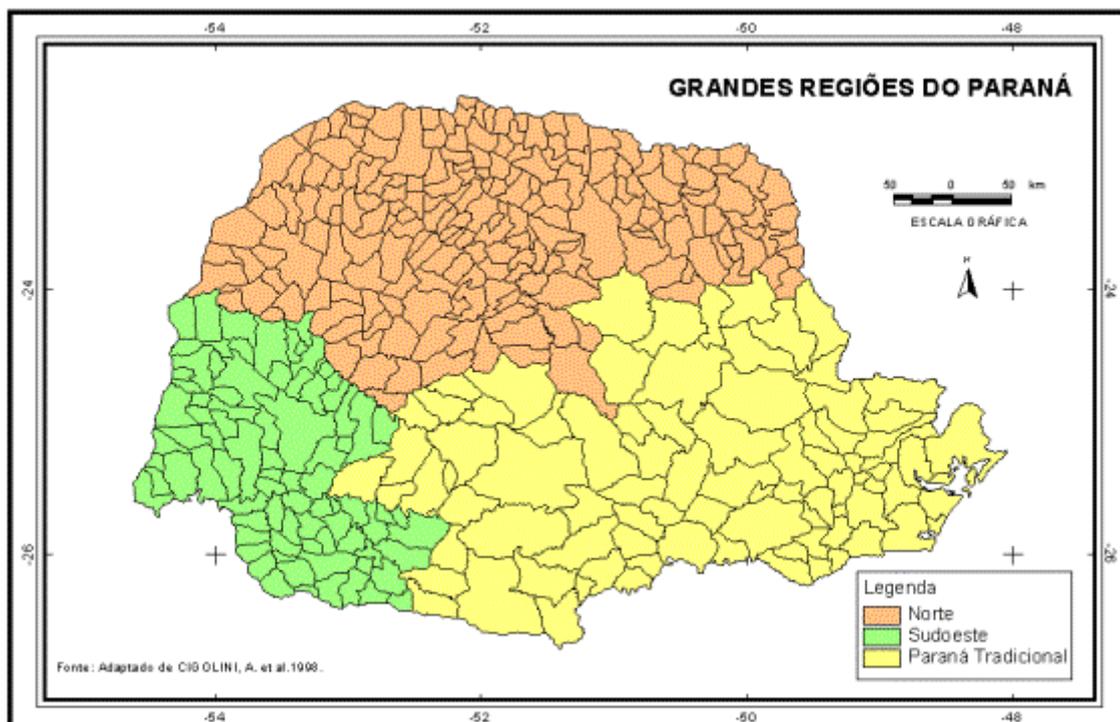
MAPA 1 – RELEVO DO PARANÁ



Um segundo processo histórico-geográfico de ocupação efetiva, que começou pelo nordeste do Paraná, na segunda metade do século XIX, com população oriunda de São Paulo e Minas Gerais, e que significou a expansão da economia cafeeira em direção às terras roxas paranaenses. Por último, o processo que se iniciou na primeira metade do século XX, com população do oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em direção ao sudoeste do Paraná. Os três processos são absolutamente distintos. Isso é um ponto básico da história e da geografia do Paraná. Pesquisadores de quaisquer matrizes ideológicas não deixarão de constatar isso, ao se debruçarem sobre a realidade paranaense. Assim, sustenta-se que há uma regionalização fundamental ou uma diversidade territorial básica para se compreender o desenvolvimento rural do Paraná. No mapa 2 é possível visualizar esta diversidade.

⁷ A geografia física do Paraná mostra que do litoral até o limite oeste do estado (Rio Paraná) sucedem-se três grandes planaltos: o primeiro de Curitiba; o segundo, dos Campos Gerais; o terceiro, das terras roxas.

MAPA 2 – GRANDES REGIÕES DO PARANÁ



Uma primeira teorização sobre essa diversidade foi proposta por MACHADO (1951), ao construir um modelo no qual o Paraná é dividido em três grandes comunidades distintas (RITTER, 1980). O modelo machadiano foi sintetizado por WESTPHALEN et al. de uma forma que é possível entender seus aspectos principais:

Na década de 1960, todo o estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e de madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e a dos colonos da

agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligavam mais intimamente ao Rio Grande do Sul. **Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as próprias cidades** (grifo meu) (WESTPHALEN et al., 1968, p.7-8).

Esses diferentes processos tiveram como conseqüência a formação das três grandes regiões do Paraná: Paraná Tradicional; Norte; e o Sudoeste. Nessas regiões inserem-se as três trajetórias regionais de desenvolvimento rural distintas. Colocando-se nesses termos, parece que se está explicando o óbvio. Mas não é bem assim, pois se identificam outras regionalizações e outros enfoques regionais sobre a sociedade paranaense. Uma proposta interessante é a defendida por ROLIM (1995), destacada aqui porque através da crítica aos seus elementos principais, pode-se ressaltar a regionalização que se defende neste texto. ROLIM propõe dividir o Paraná em dois espaços econômicos relativamente opostos e conflitantes classificados como Paraná Urbano e Paraná do Agrobusiness (ROLIM, 1995). O Paraná Urbano corresponde a uma área que engloba o litoral, a RMC e uma estreita faixa sul-sudeste, acompanhando o vale do Rio Iguaçu, que se estende até Palmas (no médio vale). O Paraná do Agrobusiness corresponde ao restante do estado, incluindo uma boa parte das regiões lideradas por Ponta Grossa e Guarapuava (Paraná Tradicional) e as outras duas regiões paranaenses. Para propor essa regionalização ROLIM considera fatores demográficos (população urbana e rural) e produtivos (produção agrícola). Aplica uma metodologia de base matemática e conclui que, na primeira metade da década de 1990, era possível identificar duas dinâmicas econômico-sociais distintas no Paraná: uma urbano-industrial e uma outra classificada aqui, de rural-industrial. As demandas político-econômicas dessas duas dinâmicas seriam conflitantes e, por isso, havia uma dificuldade maior em se formular um novo projeto político-econômico para o Paraná⁸ (ROLIM, 1995, p.86).

Para chegar a essa conclusão, o referencial teórico e metodológico de ROLIM é adequado. O que se questiona é abordar aspectos do desenvolvimento rural do Paraná a partir do mesmo referencial. Nesse ponto, os resultados não foram tão bons e é passível de questionamentos críticos. Basicamente, porque o Paraná Urbano é muito mais rural do que se chegou a perceber e o Paraná do Agrobusiness é fortemente urbanizado. De qualquer forma, pelo menos, ainda há uma preocupação com a questão regional na argumentação de ROLIM, porque existem posicionamentos bastante influentes que não têm essa postura. É o caso de alguns estudos inseridos no Projeto Rurbano⁹, os quais avançam conclusões amplas e abrangentes, mas sem procurar regionalizá-las. Inclusive, é desse projeto que deriva a proposta de um Novo Rural dominando o espaço rural do Brasil atual. Nesse Novo Rural as atividades agrícolas perdem importância diante das atividades não-agrícolas que crescem cada vez mais. Isso tem implicações decisivas na formulação e

⁸ Os anteriores são os dos governos estaduais Lamenha Lins, no final do século XIX, e Ney Braga, no início da década de 1960.

⁹ Projeto da UNICAMP sob a liderança de José Graziano da Silva.

implementação de políticas públicas para o meio rural (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Os dados analisados de forma geral realmente indicam esses fatos, mas quando se estudam casos específicos, surgem questões regionais que não podem ser desconsideradas. Esse é o caso da pesquisa de SOUZA, inserida no Projeto Rurbano, que constatou no Paraná, entre 1992 e 1998, uma redução significativa da população dedicada às atividades agrícolas e um aumento da população não-agrícola no espaço rural do estado (SOUZA, 2000). Todavia, o que não é considerado é a regionalidade presente nesse fenômeno. Essa omissão é facilmente comprovada ao se constatar que grande parte das transformações foram resultados de reconversões produtivas que atingiram produtos com expressão regional muito bem marcada no interior do Paraná, como o café e o algodão, cultivados, quase que exclusivamente, na grande região Norte. O que se defende é que o desenvolvimento rural do Paraná define-se exatamente por meio de uma regionalidade que lhe é muito marcante.

Essa questão regional relacionada ao desenvolvimento rural no Paraná foi abordada pelo autor deste artigo ao analisar o caso do Paraná Tradicional, em tese defendida no CPDA/UFRRJ (CUNHA, 2003). Optou-se por essa região por razões teóricas e práticas. Em termos teóricos, porque se pretendia valorizar a meso-escala de análise entre uma escala mais ampla (estadual) e a escala local (municipal), pois é a escala que se considera apropriadamente regional no caso do Brasil. Isso porque, no Paraná, como em outros estados brasileiros, formaram-se territórios regionais com dinâmicas de desenvolvimento absolutamente diferenciadas. A explicação para esse fato reside na extensão continental do país, o qual apresenta uma diversidade natural acentuada que foi complementada pela diversidade cultural também muito significativa. Tendo essa diversidade como pano de fundo, surgiram processos histórico-geográficos de origens regionais diversas e com combinações de elementos naturais e culturais, muitas vezes, bastante originais. Esses processos começavam normalmente com a ocupação de fronteiras agrícolas, as quais evoluíam de forma muito rápida para uma estruturação territorial madura.

Essa opção explica-se também em termos práticos, porque o Paraná Tradicional foi o único território regional no Paraná, para o qual foi definido um programa de desenvolvimento rural específico (PRO-RURAL). Isso permitiu estudar como foi feita a opção pela região e como se tentou abordar e transformar sua estrutura rural. A partir disso, é que se pôde defender que a forma como foi considerada a questão regional no plano citado carregava um problema de origem, localizado no referencial teórico-metodológico que lhe dava sustentação. Os pontos questionados do referencial são alguns dos princípios básicos da concepção de desenvolvimento que instruía o programa, como também o enfoque regional no qual estava baseado. O resultado era uma obstrução teórico-metodológica que prejudicava a análise, o planejamento e ação social definidas no projeto. Tratam-se das deficiências de natureza cognitiva, que produziam modelos mentais equivocados geradores de modelos reais pouco eficientes (BOISIER, 1999). Para esse mesmo autor, isso só mudará a partir da construção de “novo conhecimento (que acabará por

transformar-se em novo paradigma)” (BOISIER, 1999, p.335). Essa é a condição básica através da qual será possível “efetuar intervenções territoriais inteligentes” (BOISIER, 1999, p.335). O que BOISIER está propugnando é uma espécie de desobstrução teórico-metodológico no campo do desenvolvimento regional (e rural também). O caminho para isso depende, então, da construção de novos referenciais teóricos, com conceitos reformulados, nos quais os olhares de pesquisadores e planejadores sobre as estruturas territoriais sejam redirecionados, para captar a endogeneidade que caracteriza essas estruturas. BOISIER lembra-nos de um posicionamento predominante nos dias atuais que procuram explicar as experiências de desenvolvimento regional pelos processos endógenos muito mais do que através das influências exógenas.

O esforço ao qual se filia este artigo, é o de dar uma contribuição no sentido de se pensar que um novo conhecimento sobre uma região específica, pode nos fornecer argumentos para se rediscutir as relações possíveis entre o regional e o desenvolvimento rural, mas que não necessariamente leve a construção de um novo paradigma, que para BOISIER emergirá do conhecimento renovado que vier a ser produzido¹⁰. Este esforço iniciou-se com a tese e o novo conhecimento que se pretendeu propor dependeu de uma reorientação teórico-metodológica mais do que uma nova base empírica de pesquisa. A operação metodológica fundamental correspondeu a lançar um novo olhar sobre “velhas” fontes quantitativas e qualitativas. Assim, as principais fontes quantitativas foram as freqüentemente usadas como os recenseamentos realizados pelo IBGE. Estudos clássicos sobre o Paraná foram revistos, assim como os mais recentes foram enquadrados a partir de uma orientação teórico-metodológica previamente definida e que visava superar as deficiências cognitivas contidas nesses estudos. Para isso, tornou-se fundamental a reformulação conceitual extremamente significativa que vem acontecendo no campo das concepções de desenvolvimento. Como também a reformulação bastante vigorosa que também acontece na Ciência Regional, com a incorporação de uma perspectiva espacial revista e revalorizada, que vem promovendo reconceituações de antigas noções como região, território, lugar, entre outras. O mesmo fenômeno também é observado nas abordagens que, de alguma forma, têm o “rural” como tema de pesquisa. Para perceber isso, basta verificar as expressões que se generalizam como Novo Mundo Rural, Novo Rural, neorurais, etc...

O quadro teórico-metodológico construído para dar sustentação as pesquisas que se pretende propor conta com essa ampla reconceituação em diversos campos do conhecimento. No âmbito teórico, considera-se que uma abordagem de cunho efetivamente regional não pode prescindir de um quadro teórico-metodológico eclético formado por reconceituações relativas àquelas distintas áreas de conhecimento¹¹. Considera-se que é fundamental a discussão sobre a própria noção de desenvolvimento e a partir dela definir um

¹⁰ O suposto das “soluções abertas” nas propostas de desenvolvimento (MALUF, 2000), que se considera correto, não se coaduna, em princípio, a modelos ou paradigmas.

¹¹ O eclétismo também é encontrado em SCHNEIDER (1999), quando ele aborda o cluster coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. Ele utiliza os conceitos de industrialização difusa, pluriatividade e espaços periurbanos.

novo sentido para o desenvolvimento rural no qual os fatores endógenos do desenvolvimento ganhem em importância. Nesse ponto, considera-se que a concepção de desenvolvimento regional e/ou local mais promissora é a denominada de desenvolvimento territorial. No Brasil, ABRAMOVAY (1998) e VEIGA (2002) são os seus grandes divulgadores. Nessa concepção, um conceito de território aparentado ao velho conceito de região geográfica vidaliano passa a ser o centro da proposta renovadora contida na abordagem. Nesse caso, o território é visto como uma fração do espaço geográfico que possui uma delimitação efetiva e que se explica como possuidor de características sociais que o individualizam, ou mesmo o singularizam, em virtude de uma combinação de fatores físicos, econômicos, políticos e culturais.

No Paraná, ao se relacionar o desenvolvimento rural com a questão regional, pode-se, então, identificar as três grandes trajetórias de desenvolvimento rural do estado: a primeira, na grande região Norte marcada por uma forte expansão da soja e de culturas com inserção agroindustrial como o cana-de-açúcar, o algodão e, mais recentemente a laranja, além de forte crescimento da pecuária de corte e também leiteira, tudo isso na esteira da redução das áreas cultivadas com o café, correspondendo a um padrão que gerou forte concentração fundiária e um êxodo rural extremamente significado nas últimas décadas. A trajetória do Sudoeste foi parecida com esta, mas em níveis menos significativos, pois a cultura do café era praticamente inexistente e a essa região é fortemente marcada por pequenas e médias propriedades de padrão tipicamente familiar. No Paraná Tradicional, a expansão da soja ocorreu principalmente nas áreas de campos onde predominava a pecuária que já apresentava uma baixa densidade

Populacional em virtude da forte concentração fundiária, a qual é bem menor nas matas de Araucárias que rodeiam esses campos e que é o habitat de uma agricultura familiar de base camponesa e marcada pelo Sistema Faxinal, que é uma das suas mais significativas expressões. Esta região das Araucárias é marcada por solo pouco férteis, relevo com declividade acentuada e clima com inverno relativamente rigoroso que influi para manter um padrão agrícola marcado pela baixa produtividade e a extensão de amplo setor de subsistência que leva a maioria dos municípios da região a terem os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná. No Paraná Tradicional a urbanização foi menos acentuada, em virtude de um êxodo rural bem menos significativo, verificando-se, inclusive, que em algumas áreas desta região funcionaram mesmo como pequenas fronteiras agrícolas, nas quais houve uma expansão de pequenos estabelecimentos agrícolas.

Nessas sínteses das diferentes trajetórias regionais de desenvolvimento rural verificadas no Paraná pode-se perceber que estamos diante de uma diversidade territorial bem marcada e que frequentemente é desconsiderada pelas estratégias mais amplas de ação do Estado visando o desenvolvimento. A pouca preocupação com as possibilidades relacionadas aos processos de desenvolvimento endógeno tem custado muito caro as populações de todas essas regiões. Reverter esta tendência é um dos objetivos dos trabalhos que são formulados no âmbito da linha de pesquisa de Estudos Regionais inserida em grupo de pesquisa que envolve professores da UEPG e UNICENTRO.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Fortaleza: Ministério de Política Fundiária/Governo do Ceará, 1998.
- BALHANA, A. *et al.* **Campos gerais: estruturas agrárias.** Curitiba: UFPR - Faculdade de Filosofia, 1968.
- BOISIER, S. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 19, p. 309-343, 1999.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local.** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional.** Seropédica, CPDA/UFRRJ, 2003. (tese de doutorado).
- CUNHA, L. A. G. Debates e controvérsias sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia da UFPR**, Curitiba, ano 15, n.13, p.59-77, 1988.
- FORBES, D. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização.** Niterói: UFF/DEGEO. (versão preliminar), 1999.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º sem., 1999.
- MACHADO, B. **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná.** Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951.
- MALUF, R. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento. **Estudos: sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-85, out. 2000
- PRADO, J. A população brasileira segundo o censo de 80. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno Especial, 31 de maio, 1981.
- RITTER, M. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 73, p. 55-79, out.-dez., 1980.
- ROLIM, C. O Paraná urbano e o Paraná do Agrobussines: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p.49-99, set.-dez., 1995.
- SCHNEINER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. (Série Estudos Rurais)
- SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná.** Campinas: UNICAMP/FRAGRI, 2000. (Tese de Doutorado)
- VEIGA, J. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.